

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetaneu Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Nosso futuro ameaçado na votação da Ordem Econômica

A quase derrota da emenda do Centrão ao capítulo "Da Ordem Econômica" da nova Constituição — surpreendentemente e por motivos ainda mal-explicados a emenda teve 279 votos contra apenas um a menos do que os necessários para que fosse definitivamente derrotada — carrega de presságios o horizonte do Brasil.

Se a tendência manifestada ontem se confirmar hoje, o País estará sendo sentenciado a permanecer no passado, incapaz de vencer o subdesenvolvimento e a miséria pelos representantes do sinistro concubinato entre os nacional-socialistas parlamentares e os militares nacionalistas encastelados na secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional, cujo grande rebento é a nossa lei de informática, o mais acabado exemplo do que se deve fazer se o propósito for fechar as portas do País ao futuro e à modernidade.

Os malefícios provocados pela lei de informática, com a reserva de mercado para micro e mini-computadores, já são conhecidos e bastante mensuráveis: ela gerou um atraso tecnológico a esta altura praticamente irreversível a curto prazo e provocou uma séria retração dos investimentos externos em nosso país, dos quais a economia brasileira levará anos para se recuperar. Se prevalecer na Constituinte o espírito da proposta abraçada pelos nacional-estatizantes e pelos nacionalistas estrelados, estará criada no Brasil a ampla, geral e irrestrita reserva de mercado e então o retrocesso será definitivo.

Só para que nossos leitores tenham uma leve idéia dos interesses mais imediatos do Brasil que estão sendo ameaçados pelas posições assumidas por esses "agentes da decrepitude" — que têm em relação ao estrangeiro a mesma posição do fascista francês Le Pen — vamos relacionar alguns números e fatos que a imprensa vem divulgando nos últimos dias e que mostram o volume de recursos financeiros que o Brasil está prestes a perder exatamente no momento em que a economia nacional dá claros sinais de debilidade por falta de investimentos, como mostram os mais recentes dados sobre a produção industrial — queda de 8,8% em janeiro em relação ao mesmo mês de 1987, a maior desde 1983 — e sobre o desemprego — aumento de 14% de janeiro para fevereiro deste ano.

Uma das notícias, por exemplo, nos dá conta de que o governo brasileiro pretende iniciar em maio negociações com o governo do Japão para conseguir empréstimos para uma série de novos projetos, por meio do Fundo Nakasone, um programa de ajuda aos países em desenvolvimento que conta com recursos de 29,5 bilhões de dólares. Desse dinheiro, 14,5 bilhões já estão contratados — nenhum tostão para o Brasil no entanto. O que deseja o ministro da Fazenda — com uma lista inicial de projetos que somam 20 bilhões de dólares — é conseguir pelo menos dois bilhões de dólares de financiamento do que ainda não foi aplicado do Fundo.

que neste entretanto as consciências de muitos dos constituintes do Centrão, que ontem se abstiveram ou votaram contra a emenda em função de interesses espúrios de empresários desonestos que, enquanto falam na livre iniciativa, trabalham por vias mais que tortas para manter as interferências do Estado que lhes garantem privilégios, despertem para todos os efeitos que sua decisão fatalmente terá para toda uma geração de brasileiros.

As perspectivas, porém, não são nada boas, como deixou claro em sua passagem por São Paulo na semana passada o presidente da Organização Oficial de Comércio Exterior do Japão (Jetro), Mamoru Fukuoka. Segundo ele, o Japão tem interesse em negócios que sejam lucrativos em qualquer lugar do mundo, mas "é muito remota a possibilidade de novos recursos japoneses entrarem no País a curto prazo porque o Brasil enfrenta uma acentuada instabilidade político-econômica e carece de credibilidade moral" (sic). Por causa dessas restrições, o Brasil saltou do terceiro para o décimo segundo lugar entre os países que mais recebem investimentos do Japão.

A outra notícia mostra que esta desconfiança não é apenas de bancos credores, do FMI ou dos países desenvolvidos. Ela é hoje generalizada e atinge até organismos como o Banco Mundial, criado especialmente para fomentar o desenvolvimento dos países pobres e que não pode ser acusado de cupidez e voracidade.

Esta semana mesmo o ministro Mafson da Nóbrega estará viajando para os Estados Unidos em mais uma missão quebra-gelo com o mundo financeiro internacional. Entre outras coisas, vai tentar reverter a situação do Brasil dentro do Banco Mundial. No ano passado já pagamos mais do que recebemos do Bird — mandamos para lá 665 milhões — e este ano o fato poderá se repetir se o banco não acelerar suas liberações para o Brasil. Só de créditos aprovados e não utilizados o Brasil tem nos cofres da entidade 4 bilhões de dólares, pelos quais é obrigado a pagar uma taxa de compromisso de 0,75%, mesmo não tendo feito uso deles. Um dos motivos desta retenção do dinheiro é a péssima utilização pelo governo brasileiro dos créditos recebidos do mesmo banco segundo consta de um amplo relatório do Bird do qual demos notícias há dias. Esta informação negada pelo encarregado das negociações junto ao Bird, no Ministério da Fazenda, Daniel de Oliveira, foi confirmada, porém, por Mamoru Fukuoka.

Enquanto o ministro da Fazenda luta desesperadamente para estabelecer internamente condições mínimas para atração dos investimentos externos, nossos Le Pen da Assembléia Nacional Constituinte, nossos políticos fisiológicos e os burocratas que não querem abrir mão de suas sinecuras, com a irresponsabilidade de sempre, se unem para transformar o Brasil num misto de Albânia com o Panamá do general Noriega: pobre, atrasado e um paraíso da corrupção.

Felizmente, a quase derrota da emenda do Centrão de ontem não significa necessariamente a aprovação do texto retrógrado da Comissão de Sistematização numa votação posterior. O Centrão terá hoje mais uma oportunidade de mostrar o quanto vale em nova votação da matéria, e, ainda que não consiga os 280 votos necessários para a aprovação de sua emenda, é provável que a esquerda nacional-estatizante também não consiga aprovar no voto o texto da sua preferência, e terão de ser abertas negociações para evitar a criação de um "buraco negro". Vamos esperar